

A QUESTÃO DE TAIWAN – SERÁ QUE A NÃO-SOLUÇÃO É A MELHOR SOLUÇÃO?

José Manuel Duarte de Jesus, PhD, embaixador jubilado, investigador no I.O. ISCSP Un. Lisboa; no IPRI, Un. Nova e no CCCM.

A ilha de Taiwan começou a ganhar uma importância internacional a partir de 1620, quando os primeiros europeus por lá passaram, nomeadamente portugueses e espanhóis. Os portugueses, que a batizaram com o nome de Formosa e que pensaram ali ter um estabelecimento a longo prazo, acabaram por optar definitivamente por Macau.

A ilha passou a fazer parte integrante do Império Chinês ainda durante a dinastia Ming, mas dado que nela se estabeleceram elementos que não aceitaram a nova dinastia, esse facto veio a trazer um período de prolongada crise que só veio a terminar com o Imperador Kang Xi, depois e ele haver derrotado os chamados *Estados Feudatários* e assim ter recuperado vários territórios, entre eles a ilha Formosa ou de Taiwan, em 1683.

Durante o desmembramento e quase colapso do Império, no final do sec. XIX, o Tratado de Shimonoseki, com o Japão, de abril de 1895, deu forma ao desastre final. Entre as muitas concessões ao Japão, por parte da China, conta-se a cedência “perpétua” de Taiwan, Pescadores e da região de Liaodong, no sul da Manchúria.¹(Spencer, 1991, 223)

Durante a II Guerra Mundial e face às ocupações japonesas, Chang Kai Shek, na altura representante da China, Churchill e Roosevelt reuniram-se no Cairo, em fins de 1943 e foram inequívocos em como os territórios ocupados pelo Japão, como a Manchúria, Taiwan e outros deviam voltar ao controlo da China, no final da guerra.

Assim ficou claramente expresso na conhecida Declaração do Cairo, de 1 de dezembro de 1943.

Acontece, porém, que nessa altura o governo da China não era liderado pelo Partido Comunista Chinês, mas sim liderado por Chang Kai Shek e o seu partido Guo Min Tang.

Depois da formação da República Popular da China, RPC, em 1948 sob a direção do Partido Comunista Chinês, liderado por Mao Ze Dong, Chang Kai Shek foge para Taiwan e declara a independência da ilha, sob o nome de República da China, com capital em Taipé.

Os Estados Unidos reconhecem a pequena ilha de Taiwan como *único representante da China* e começaram a fornecer armas a Taiwan com um discurso político agressivo. Em 1961, Dean Rusk declarou: “O Governo de Pequim não é o Governo da China... não é chinês. Não está legitimado para falar em nome da China na comunidade das nações”. Kissinger, a propósito desta afirmação, conclui:” *Para Washington a China com a capital em Pequim era uma não-entidade*” (Kissinger, 2011)

A década de 50 caracterizou-se pelas chamadas *Crises do Estreito* de Taiwan.

A República Popular da China, através da figura incontornável de Zhou en Lai, durante a Conferência Afro-Asiática de 1955 – Bandung - avançou com a ideia de negociações a nível de embaixadores, entre Pequim e Washington, no sentido de ultrapassar problemas da região, particularmente a problema de Taiwan.

Neste quadro, em 1954, Pequim ocupa algumas pequenas ilhas do Estreito. Os Estados Unidos intervêm militarmente e, assim, temos a *Primeira Crise* que vai durar até 1955. A China acaba por se retirar “*provisoriamente*” até haver uma negociação.

É interessante referir o facto de o Encarregado de Negócios britânico em Pequim, Humphrey Trevelyan, ter, a 9 de maio do mesmo ano, pedido uma entrevista a Zhou en Lai para lhe transmitir a mensagem do então Ministro dos Estrangeiros, Herold Macmillan, de que este tinha considerado, com muito interesse e esperança para o futuro, as palavras do primeiro em Bandung e perguntava se a China gostava que a Grã-Bretanha fosse portadora de alguma mensagem para os Estado Unidos. Teria sublinhado também que o seu Ministro dos Negócios Estrangeiros entendia que a Inglaterra não queria perder nenhuma oportunidade de desempenhar um papel útil.

Mais tarde, face a uma afirmação de Foster Dulles sobre a necessidade de um cessar-fogo, Zhou en Lai emite a seguinte declaração:

” *É irrelevante para Dulles levantar a questão de cessar-fogo como tópico de negociação entre a China e os Estados Unidos. Não há guerra entre os dois países, pelo que não há problema de cessar-fogo. Como dissemos em Bandung a questão é a de acalmar as tensões na área de Taiwan*”. (Diplomacy, 1990, 121).

Em 1958, surge uma nova crise, a *Segunda Crise do Estreito*. Taiwan inicia um reforço da sua presença militar nas ilhas de Quemoy e Matsu, que se situam muito junto à costa da China continental. A 23 de agosto, a China reage e bombardeia aquelas ilhas tentando a sua ocupação. A 7ª Frota da Marinha Americana intervém, a URSS emite declarações e o caso assume dimensões internacionais.

Eisenhower através de Foster Dulles emite, a 27 de agosto, uma Declaração forte e provocatória. Não obstante este facto, o Ministério dos Negócios Estrangeiros chinês tinha feito uma proposta aos Estado Unidos, a 30 de junho do mesmo ano, *para no prazo de 15 dias nomearem um negociador com nível de embaixador para retomarem negociações sobre Taiwan*.

Zhou en Lai aproveita habilmente a situação para declarar que esperava que estes factos levassem a que se iniciassem negociações a nível de embaixadores, sobre o problema de Taiwan

Ultrapassados que foram os 15 dias, os Estados Unidos anunciaram que nomeariam um embaixador para recomeçarem as negociações.

Por essa ocasião, o Ministério dos Negócios Estrangeiros de Pequim emite uma nota, em que afirma “*É natural que os Estados Unidos queiram salvar a face. O objetivo da China em estipular um prazo limite era obrigar os Estados Unidos a cumprirem o acordado, de nomear um embaixador para reassumir as negociações. Dado que os Estados Unidos estão dispostos a reiniciar as negociações em breve, uns dias de atraso não constituem um obstáculo.*” (Diplomacy, 130)

Para que houvesse negociações a nível de embaixadores, obrigava a que os Estados Unidos reconhecessem a RPC, única forma destes reconhecerem o ou os plenipotenciários chineses para uma negociação.

Em 1960, Eisenhower faz uma visita oficial a Taiwan depois de ter sido assinado, em 1955, um *Acordo de Defesa Mútua*.

Com base neste Acordo, os Estados Unidos e Taiwan *passam a ser aliados* e *Taiwan garante à América uma presença geoestratégica importante na região*.

Chiang Kai Shek era um homem boçal, com pouca cultura, mas tinha a sorte de ter casado com uma das famosas três irmãs Soong. Mulher bonita, culta, falando muito bem inglês e que vai contribuir grandemente para a imagem exterior de Taiwan e para as relações com os Estados Unidos.

Como é conhecido, além da Soong Mei Ling, mulher de Chiang Kai Shek, existia a outra irmã, Soong Qin Ling, viúva de Sun Yat Sem, que veio a ser um pilar do maoísmo, precisamente no que toca as relações externas da RPC e finalmente a Soong Ai Ling que casou com um milionário chinês, Kung, que chegou a ser Ministro das Finanças (Seagrave, 1996).

As primeiras décadas do “reinado” de Chiang Kai Shek em Taiwan, caracterizaram-se por uma ditadura de partido único, período que ficou conhecido como o do *Terror Branco*. Durante esse período houve cerca de 140.000 vítimas de perseguição política.

Curiosamente, essa situação no contexto dos Direitos Humanos nunca preocupou os Estados Unidos naquele período.

Antes de avançarmos sobre a evolução das atitudes americanas e a posição chinesa, comparemos rapidamente os *interesses americanos*, versus os *interesses chineses*, na década de 70 e na atualidade.

Interesses americanos, nos anos 70:

Ajudar o desenvolvimento rápido da China como um país amigo face a um inimigo comum a URSS.

Interesses chineses nos anos 70:

Desenvolver-se económica e tecnologicamente para fazer face à URSS e ter como aliada a maior potência mundial de então.

Na atualidade:

Interesses americanos:

Já não existe a URSS, a China desenvolveu-se mais do que os Estados Unidos pensaram e tornou-se na segunda maior potência mundial – rival dos Estados Unidos.

Interesses chineses:

Não existindo já a URSS, a China mantém os mesmos objetivos do que anteriormente.

É curioso sublinhar: o regime da China atual era o mesmo do que na década de 70.

Neste contexto que referi, dá-se a famosa visita secreta de Kissinger à China, em 1971, fruto duma negociação igualmente secreta, entre este e Zhu en Lai, apadrinhada por Nixon e por Mao.

No seguimento desta operação de diplomacia secreta, dá-se a famosa visita de Nixon a Pequim em 1972.

Passemos por cima da complexa negociação, com momentos muito interessantes das conversas com Mao Ze Dong e Zhou en Lai, que ajudam a entendermos a subtileza da diplomacia de Pequim e concentremo-nos no teor da famosa *Declaração Conjunta de Xangai*, de fevereiro de 1972, que deveria ter marcado a solução do problema de Taiwan até os nossos dias, não fora novo zigzaguiar da diplomacia americana.

Citemos somente as conclusões da aludida Declaração no que diz respeito ao problema de Taiwan:

“Ambas as partes reviram as disputas de longa data entre a China e os Estados Unidos. A parte chinesa reafirmou a sua posição: a questão de Taiwan é a questão crucial que cria um impedimento à normalização das relações entre a China e os Estados Unidos; O governo da República Popular da China é o único governo legal da China; Taiwan é uma província da China que há muito foi devolvida à mãe-pátria; a libertação de Taiwan é um problema interno chinês em que nenhum outro país tem o direito de intervir; e todas as forças e instalações militares americanas devem deixar Taiwan. O governo chinês opor-se-á firmemente a qualquer atividade que tenha por objetivo a criação de “uma China, um Taiwan”, “uma China, dois governos”, “duas Chinas” , “um Taiwan independente” ou “que o estatuto de Taiwan fique para ser determinado posteriormente”.

“Os USA declararam: Os Estados Unidos reconhecem que todos os chineses em ambas as partes do Estreito de Taiwan mantêm-se onde estão, mas só existe uma China e Taiwan é parte da China. O governo dos Estados Unidos não põe em questão esta posição. Reafirmam o seu interesse numa solução pacífica da questão de Taiwan pelos próprios chineses. Com este objetivo em mente, afirmam o último objetivo da retirada das Forças Armadas e instalações militares americanas de Taiwan. Entretanto reduzirão progressivamente as suas forças e instalações militares de Taiwan na medida em que a tensão na área diminua. As duas partes concordaram na necessidade em alargar a compreensão mútua dos dois povos. Para este fim, ambas as partes discutiram áreas específicas, como ciência, tecnologia, cultura, desporto, jornalismo, como formas de contacto pessoa a pessoa para benefício mútuo.....”

O texto define igualmente que nenhuma das partes procurará a hegemonia na região asiática.

Nada é mais claro do que estes propósitos de ambas as partes, para que o problema de Taiwan viesse a ter uma solução pacífica a médio prazo.

Em 27.10.1971, a ONU reconhece a República Popular da China, como **único estado** representante da China e desacredita os representantes diplomáticos de Chiang Kai-Shek. A RPC passa a ocupar o lugar de Taiwan no Conselho de Segurança, que lhe tinha sido atribuído desde o fim da II Guerra Mundial.

Com este facto, a República da China (Taiwan) deixou de ter estatuto de Estado Soberano, em termos de direito internacional. Hoje, só cerca de 17 países reconhecem Taiwan e têm relações diplomáticas e mais de 40 têm somente relações comerciais e ou culturais.

Infelizmente, em breve, a política externa americana abandona toda esta arquitetura delineada por Kissinger e Zhou en Lai, com o comprometimento de Nixon e de Mao.

Como se sabe, Nixon abdicou em agosto de 1974.

Em 1978, o novo Presidente dos Estados Unidos, Ronald Reagan, depois da visita de Nixon e da assinatura do *Comunicado Conjunto de Xangai*, elabora um novo Instrumento Diplomático com Taiwan, chamado *Ato das Relações com Taiwan*, (*Taiwan Relations Act*), que entra em vigor a 1 de janeiro de 1979.

Os diversos parágrafos deste aludido “Acordo” vêm pôr abertamente em causa quase tudo o que fora alcançado durante as negociações de 1971 e 72 e do teor do *Comunicado Conjunto de Xangai*.

Vejam os alguns dos principais parágrafos deste estranho documento.

Começa por declarar, no seu primeiro parágrafo, que os Estados Unidos querem preservar e promover relações amigáveis com Taiwan, nos âmbitos cultural, comercial e **outros...** que não especifica.

Mais adiante, afirma que a decisão dos Estados Unidos de reatar relações diplomáticas com Pequim “*rests upon the expectation*” que o futuro de Taiwan seja resolvido pacificamente e acrescenta que “*os Estados Unidos fornecerão armamento de caráter defensivo de modo que Taiwan possa resistir a qualquer forma de pressão para mudar o seu sistema económico e social*”.

Continua reafirmando que os Estados Unidos se comprometem a preservar os Direitos Humanos em Taiwan.

A seguir, afirma que mantém o fornecimento de armas e “artigos”(militares) para que Taiwan mantenha a sua capacidade de defesa na área do Pacífico ocidental e acrescenta que o facto de não ter relações diplomáticas com Taiwan “*shall not affect the US laws relating to Taiwan*”.

Sem querer encher esta artigo com muito mais citações deste curioso documento, acabo a citar mais a seguinte afirmação: “Os Estados Unidos assegurarão *for the continued membership* do povo de Taiwan em *any international financial or any other international organization*”.

Compreende-se, da leitura deste documento, a afirmação de Henry Kissinger de que o TRA nunca teve validade internacional e o seu comentário “*Para um académico ou um analista político tradicional, a atitude à partida da Administração Reagan para com a China e Taiwan violava qualquer princípio básico duma política coerente*” (On China, 385).

A partir desta data, a ambiguidade e as contradições da política e da diplomacia americanas entraram numa vertiginosa confusão. Nela transparecia claramente a oposição de Reagan e seus conselheiros relativamente à política de Nixon e Kissinger, no que respeita Taiwan e a República Popular da China.

Para procurar remediar a ambiguidade das relações Estados Unidos–Pequim, foram emitidos três Comunicados Conjuntos, o último dos quais em 1982, e que dizia: “*Os EUA não tencionam continuar por muito tempo com o mesmo nível de fornecimento de armas a Taiwan... e irão reduzir gradualmente durante um período de tempo até uma resolução final. Dito isto, os Estados Unidos reconhecem a posição consistente da China para a resolução final deste problema*”.

A frase final deste terceiro Comunicado procura deitar água na fervura relativamente a Pequim.

Pouco depois deste Comunicado, Reagan afirma ao editor da *National Review*:” *pode dizer aos seus amigos que eu não mudei a minha opinião sobre Taiwan um milímetro. Todas as armas que eles precisarem para se defenderem contra ataques ou invasões da China tê-las-ão dos Estados Unidos*”.

Para agravar mais drasticamente a situação, os Estados Unidos negociavam secretamente com Taiwan o que se veio a chamar *Os seis Comprometimentos* – “*The six Assurances*”, do que o Presidente dos Estados Unidos só veio a informar o Congresso, em julho/agosto de 1988.

Este Documento vem desdizer a plataforma de entendimento de 1972 e foi mantido classificado até 2019, data em que foi parcialmente desclassificado e somente durante a Presidência de Trump, em 2020, foi totalmente desclassificado.

O aludido Documento assegura a Taiwan que:

- 1 – *Os Estados Unidos não estipularão uma data para terminar o seu fornecimento de armas a Taiwan.*
- 2 – *Os Estados Unidos não alterarão o articulado do TRA*
- 3 – *Os Estados Unidos não consultarão a República Popular da China sobre a questão de não fornecimento de armas a Taiwan*
- 4 – *Os Estados Unidos não serão mediadores entre Taiwan e Pequim*
- 5 – *Os Estados Unidos não alteram a sua posição sobre a soberania de Taiwan, que seria uma questão a ser negociada entre Taiwan e a República Popular da China e não pressionará Taiwan a negociar com Pequim*
- 6 – *Os Estados Unidos não reconhecerão formalmente a soberania da República Popular da China sobre Taiwan”* (Congressional Research Center e Taiwandocumentes.org)

Face a esta evolução por parte da diplomacia americana pós 1971/72, o problema de Taiwan parece irresolúvel.

Convém no enquadramento deste texto referir a teoria lançada por Deng Xiao Ping, pouco depois da sua investidura, de *Um País Dois Sistemas*.

Foi mais uma tática constitucional genial de Deng Xiao Ping, que veio a constituir a base da *Declaração Conjunta com a Inglaterra*, de 1984 que permitiu o regresso de Hong-Kong à China e mais tarde a *Declaração Conjunta Portugal/China*, de abril de 1987, sobre o regresso de Macau à República Popular da China.

Ambos estes problemas foram, assim, resolvidos pacificamente.

Obviamente que esta doutrina de Deng tinha como alvo fundamental a reunificação de Taiwan à República Popular da China, maneira hábil de que esta reunificação pudesse manter o sistema social e económico de Taiwan.

Depois deste período sombrio que caracterizou as relações da China com os Estados Unidos, ainda apareceu num horizonte longínquo alguma luz, durante o período da presidência de Jiang Zemin.

Ficaram conhecidas, de resto, as posições que Jiang Zemin assumiu quando foi *Mayor* de Xangai, em plena época das contestações que levaram aos acontecimentos de Tiananmen.

Acompanhei de perto este reabrir de uma possível nova página, quando estava embaixador na China e Kissinger visitou Pequim, em 1995, com uma delegação da *América-China Society*.

Recordo a frase que Jiang Zemin disse durante esta visita “*Na situação atual o fator ideológico não é importante para as relações entre Estados*”. Este mesmo pensamento foi repetido quando da visita de Mario Soares e depois de Jorge Sampaio, visitas que tive também a oportunidade de acompanhar.

Recordo que durante esta visita de Kissinger a Pequim, em 1995, mais uma vez a China foi clara e inequívoca na formulação da sua política relativamente a Taiwan e refiro aqui o que o então Ministro dos Negócios Estrangeiros, Qian Qichen disse a Kissinger (Kissinger, 474):

“Dr. Kissinger, o senhor sabe como a China reconhece a importância das nossas relações bilaterais, apesar das nossas zangas ocasionais. Queremos ver as nossas relações restauradas a um nível normal e mesmo melhorá-las. Mas os Estados Unidos têm que entender este aspeto: nós não temos capacidade de mudar a nossa posição sobre Taiwan. Nunca abdicaremos dos nossos princípios quanto ao problema de Taiwan”.

Entretanto as relações entre os dois países e a eterna questão de Taiwan, têm vindo a continuar sem que uma tragédia mais forte tenha acontecido, graças a uma diplomacia paralela, à qual Kissinger, durante certo tempo, não foi um ator estranho.

Entretanto, a República Popular da China tem tido um crescimento económico e tecnológico que a coloca a pequena distância da outra Potência mundial que são os Estados Unidos.

Entretanto, o Professor Joseph Nye, de Harvard, punha em perspetiva a possibilidade de uma nova guerra fria, entre os Estados Unidos e a República Popular Chinesa, dadas as políticas de Trump e dizia “*Quando o Ministro dos Negócios Estrangeiros da China, Wang Yi, recentemente apelou para a retoma das boas relações bilaterais com os Estados Unidos, um porta-voz da Casa Branca respondeu que os Estados Unidos viam as relações por um prisma de grande competição o que requeria uma posição de força*” (Nye, 2021,1).

Mostrando-se otimista acrescenta que dadas as interdependências económicas e ecológicas pensa que as probabilidades de uma nova Guerra Fria serão pouco prováveis.

E mais adiante, em termos de uma conclusão, afirma: “*Mesmo que a China ultrapasse os Estados Unidos e se torna na maior economia mundial, o produto não é a única medida de um Poder Geopolítico... e a despesa militar americana é cerca de 4 vezes superior à da China...*” (Nye, 2021, 2).

Outro especialista americano em Relações Internacionais afirma que “*a equipa de Biden continua a política destrutiva de Trump relativamente à China*” (Bader, 2022).

Para integrar esta política externa de Biden no contexto da política americana, julgo de interesse referir o seguinte inquérito realizado pelo *Conselho de Chicago* sobre Temas Globais (Chicago Council on Global Affairs):

- 42% dos Republicanos viam a China como um adversário contra 17% dos Democratas;
- 67% dos Republicanos pensavam que os Estados Unidos deveriam ter como objetivo diminuir a influência global da China, contra 39% dos Democratas;
- 73% dos Republicanos são a favor de restringir as trocas no domínio da ciência entre os Estados Unidos e a China e 72% advogam a limitação do número de estudantes chineses na América. Por outro lado, dos Democratas somente 59% advogam a limitação de trocas no âmbito científico e 66% apoiam a diminuição de estudantes chineses na América;
- 83% dos Republicanos advogam o aumento de tarifas para as importações da China, enquanto somente 45% dos Democratas têm a mesma opinião e 50% são contra. (Bader, idem)

A questão de Taiwan fica necessariamente inserida nesta mesma política global americana anti chinesa. Assim, incrementaram o desmantelamento da política criada há 50 anos de *One China Policy*, que há muito vem sofrendo golpes importantes.

Verificamos que a diabolização da China levada a cabo por Trump continua como critério a ser utilizado por Biden na sua política externa.

A última grande machadada na “*One China Policy*”, penso ter acontecido durante a última cimeira Biden-Xi Jinping, em novembro de 2021 e muito especialmente, nas declarações que este prestou, dum modo menos formal, ao jornalista da CNN, depois da aludida cimeira. Nesta curta entrevista, Biden declarou que não encorajava Taiwan a tornar-se independente e acrescenta “*Eu disse que eles é que têm que decidir, não somos nós*”.

Com esta afirmação, assistimos ao fim encapotado de toda uma diplomacia americana de Nixon, destinada a um diálogo pacífico com Pequim.

Taiwan tem hoje um desenvolvimento económico e tecnológico, que a coloca entre os atores de importância na região e, em alguns aspetos específicos, como na produção de *microchips* para a indústria informática e não só, com uma importância ao nível global, no momento presente.

Outros focos de tensão têm surgido no panorama mundial, entre outros, o Yemen, o Irão, a Ucrânia, que têm desviado a atenção dos observadores, fazendo parecer que a questão de Taiwan tenha perdido relevo.

Nada, a meu ver, é mais falso. A velha questão de Taiwan permanece, como uma bomba de relógio, no panorama internacional.

Conclusão:

Julgo podermos concluir que a República Popular da China tem mantido uma clara e permanente posição, desde que Taiwan se tornou independente sob a ditadura de Chiang Kai Shek, retomando, assim, a posição deste, quando ele era o líder da China continental.

A ilha de Taiwan é parte integrante da China desde a época Ming.

Por outro lado, a diplomacia americana começou por defender esta mesma tese, com Roosevelt desde a Conferência do Cairo de 1943. Após a tomada de poder por Mao em 1948 e a fuga de Chiang Kai Shek para a Formosa, Taiwan, em 1949, muda a sua diplomacia em 180 graus.

Com a visita de Kissinger e Nixon em 1971/72, muda novamente de diplomacia e adere à *One China Policy*, considerando Taiwan uma província chinesa.

Anos mais tarde, entra num zigzaguar diplomático e cria o que poderíamos chamar uma “diplomacia da ambiguidade” como refere Kissinger.

As últimas políticas externas de Trump e a decorrente das recentes declarações de Biden criam uma situação altamente explosiva.

A manutenção duma não-solução, seria a manutenção duma crise permanente.

Reference List: (Alphabetic order)

- Arquivo do *China Daily*
- Congress.Gov. H.R. 2479 – Taiwan Relations Act – TRA
- Congressional Research Service, outubro 2020
- CNN Politics, Kevin Liptak, 17.11.2021
- *Diplomacy of Contemporary China*, New Horizon Press, 1990, Hong Kong
- Henry Kissinger “*On China*”, The Penguin Press, New York, 2011
- Jonathan D. Spencer, *The Search for Moderna China*, Norton & Company, N.Y.1991
- Jeffrey A. Bader, *Biden’ China Policy needs to be more than just Trump lite*”, John L.
- Joseph S. Nye. Jr. *What could cause a US-China War*, Project Syndicate, março de 2021
- Morton H. Halperin, *The 1958 Taiwan Strait Crisis, a documented history*”, Rand Corporation, 1966.
- Prof. Niall Ferguson, *A Taiwan Crisis may mark the end of the American Empire*, Bloomberg opinion, 21.03.2021
- Sterling Seagrave, *The Soong Dynasty*, Gorgi Books, Inglaterra, 1996
- Taiwandocumentes.org.
- Wilson Center, Digital Archive, International History Declassified
-